

# GÊNERO NAS AULAS DE FILOSOFIA DO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DE UM LIVRO DIDÁTICO

## *GENDER IN PHILOSOPHY HIGH SCHOOL CLASSES: AN ANALYSIS OF A POPULAR TEXTBOOK*

Alice de Barros Gabriel<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca investigar como a temática de gênero pode ser inserida em um currículo em Filosofia, como parte de uma política pública de combate a violência contra mulheres. Seguindo os passos de Clarissa Castro (2016), analisou-se a mais recente edição de um livro didático popular, *Filosofando: Introdução à Filosofia*, escrito por Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins e que constou no Plano Nacional do Livro Didático na última década. Seguindo o diagnóstico de Castro, percebe-se uma desproporção muito grande entre autores e autoras e as questões de gênero são tratadas como não filosóficas. O texto termina apontando a necessidade de produção de materiais didáticos complementares para auxiliar o(a) professor(a) a abordar o assunto em sala de aula.

**Palavras-chave:** Ensino de filosofia. Gênero. Livro didático. Pedagogias feministas.

**Abstract:** The present paper seeks to investigate how gender issues could be part of a curriculum in Philosophy as public policy to fight violence against women. Following the steps of Clarissa Castro (2016), this research analyzes a recent edition of *Filosofando: Introdução à Filosofia*, by Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins – a textbook t widely used in schools and that has been part of PNLD (brazilian national textbook program) in the past decade. Following Castro's diagnosis, one perceives a great disproportion between male and female authors. Also in a qualitative analysis, one can note that gender issues are treated as a non-philosophical subject in the textbook. The text ends by pointing out the need to produce supplementary didactic materials to help teachers approach the subject in their lessons.

**Keywords:** Teaching philosophy. Gender. Textbook. Feminist pedagogies.

## Introdução

O presente artigo busca investigar como a temática de gênero pode ser inserida em um currículo em Filosofia, como parte de uma política de combate a violência contra mulheres. Para tanto, será analisado um livro didático adotado para a disciplina. Dessa forma, o texto se articulará em dois momentos: no primeiro apresenta-se justificativa à necessidade de discutir a temática de gênero nas aulas de filosofia, no segundo discute-se se um dos livros didáticos mais populares do país é ferramenta adequada para auxiliar na abordagem do tema. A discussão sobre o recorte de gênero –

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Filosofia pelo PPGFIL UNB e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, atuando no Campus Águas Lindas. E-mail [alice.gabriel@ifg.edu.br](mailto:alice.gabriel@ifg.edu.br)

leia-se, a exclusão das mulheres – na forma de contar a história da filosofia será central para a empreitada.

A disciplina de Filosofia, uma vez que busca pensar a realidade e se interessa por tudo que constitui o horizonte da experiência humana, poderia ser vista como um espaço relevante para que reflexões sobre gênero fossem introduzidas no ambiente escolar de maneira crítica e radical<sup>2</sup>.

De acordo com Tatiana Lionço (2009), há pelo menos dois motivos que justificam a presença das discussões de gênero nas escolas: o primeiro abarca preocupações do âmbito da saúde pública – poderíamos pensar nas práticas sexuais desprotegidas que geram vulnerabilidade às ISTs<sup>3</sup>, gravidezes indesejadas e seu impacto profundo nos projetos de vida das jovens garotas, bem como na epidemia de violência contra mulheres<sup>4</sup>. Tais situações configuram real risco à saúde e é possível que a educação escolar seja um caminho para diminuí-las. Em segundo lugar, a autora aponta a necessidade de discutir e educar sobre direitos humanos e sociais, uma vez que os processos discriminatórios acontecem não apenas fora, mas dentro das escolas – muitas vezes gerando impacto no desempenho escolar do (a) aluno (a).

Na última década, implementando o plano Brasil Sem Homofobia, a então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)<sup>5</sup>, que trata de temáticas de diversidade no MEC, desenvolveu, em parceria com Universidades Federais e ONGs no país todo, diversas edições de cursos de formação continuada ou especialização para professores (as) tratando da temática.

No bojo dessa articulação, a produção de material didático adequado para abordar questões de gênero e diversidade sexual foi motivo de agitação pública: seus opositores espalhando inverdades apelidaram tal proposta de “kit gay”<sup>6</sup>, afirmando que se tratava de material pornográfico e impróprio para uso escolar. A proposta do kit foi

---

<sup>2</sup> É importante ressaltar, entretanto, que a temática de gênero aparecia (uma vez que o termo tem sido retirado dos documentos institucionais), até então, como um tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Assim sendo, todas as disciplinas deveriam contribuir para o debate, não há responsabilidade única das humanidades em abordar a temática.

<sup>3</sup> Infecções Sexualmente Transmissíveis, sigla que veio substituir a antiga DST (doença sexualmente transmissível).

<sup>4</sup> O termo epidemia de violência contra mulheres tem sido usado pela OMS em seus relatórios sobre saúde das mulheres, numa afirmação de que a violência doméstica é uma questão de saúde pública, tem impacto profundo e decisivo na saúde das mulheres. OMS (2013)

<sup>5</sup> Em 2011, a SECAD muda seu nome para SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

<sup>6</sup> Seguindo a leitura de Vianna (2015) acerca do “kit gay”.

engavetada e o Brasil Sem Homofobia – ao menos no âmbito educacional – foi paulatinamente enfraquecido.

No entanto, as questões que motivaram tais articulações seguem presentes: de acordo com uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, a homofobia é uma das violências mais presentes dentro das escolas do Distrito Federal (ABRAMOVAY, 2009). Além disso, a violência contra as mulheres tem crescido bastante na última década – motivando mudanças legislativas no sentido de punir seus perpetradores. Em que medida tais violências tem sido vistas como banais dentro das escolas? E em que medida o silêncio ou a omissão contribuem para sua manutenção dentro e fora das escolas? Se o espaço escolar é entendido como um local para construção de uma cidadania plena, as questões sobre direitos básicos de minorias políticas deveriam estar em pauta.

Sob o mesmo termo – gênero – questões sobre direitos das mulheres e dos LGBT têm se abrigado e assim, a discussão teórica sobre gênero e educação muitas vezes abarca as duas abordagens. O presente artigo, entretanto, vai refletir primariamente sobre as questões das mulheres. A partir de uma revisão da literatura disponível, será investigada a ausência de filósofas no currículo de Filosofia no Ensino Médio e o seu impacto na concepção de Filosofia que a escola repassa aos alunos/as: quem pode filosofar? Que questões são construídas como efetivamente filosóficas? Tal ausência reforça um imaginário de exclusão das mulheres como produtoras do saber e contribui para a construção de mulheres como menos humanas.

Para investigar o currículo de Filosofia, a análise se dará com foco em um livro didático popular: a sexta edição do *Filosofando: Introdução à Filosofia*, escrito por Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins. Análises de livros didáticos são fundamentais e tem sido desenvolvidas por diferentes pesquisadores/as<sup>7</sup>. Rosana Oliveira e Débora Diniz (2014) apontam que materiais didáticos “compõem modos de representação da vida, ensinando a ver, sentir e pensar”. As autoras apontam que nos debates feministas a discussão sobre modos de representação é valorizada porque entende-se que a representação atua estabelecendo os limites da “vida humana reconhecível e sua fronteira abjeta”<sup>8</sup>. O livro didático de filosofia cria uma certa representação do que é a filosofia, quais seus temas gerais e quem é o sujeito do

---

<sup>7</sup> Castro (2016), Oliveira (2014), Rios (2008), Vianna (2008, 2015) – para citar alguns.

<sup>8</sup> Todas as citações do parágrafo são de Oliveira (2014, p.272).

filosofar, com isso, ao excluir a contribuição das mulheres filósofas, produziria *injustiça epistêmica*.

O conceito de injustiça epistêmica foi cunhado pela filósofa estadunidense Miranda Fricker (2007) para sublinhar aspectos especificamente epistêmicos das desigualdades sociais. De uma maneira rápida: os preconceitos de identidade atuam de forma a contribuir para uma distribuição desigual da credibilidade entre os diferentes sujeitos epistêmicos. Assim, certos indivíduos seriam menos dignos de credibilidade em suas afirmações cotidianas, ou em sua atuação enquanto agente produtor de saberes, por pertencerem a certo grupo subalterno. Rosana Oliveira e Débora Diniz usam o conceito aplicado aos livros didáticos, analisando de que maneira tais livros, centrais para a formação dos indivíduos e cidadãos, contribuem para uma distribuição desigual de credibilidade entre homens e mulheres.

Uma vez que não mostram mulheres como fontes confiáveis, não as representam como pesquisadoras ou produtoras de saberes relevantes, tais livros acabam por reproduzir senso comum que mulheres são menos capazes intelectualmente que homens e, portanto, menos humanas – uma vez que uma marca relevante da humanidade é sua racionalidade.

Diretamente conectado a isso, Maria Luisa Femenias (*apud* ANDRADE, 2017) afirma que tratar as questões de gênero no ensino de filosofia na escola é fundamental para examinar criticamente de que maneira se dá a naturalização do sexismo. Para a filósofa, a hierarquia entre homens e mulheres não está dada pela diferenciação biológica, trata-se de uma construção social que é tida como natural. Uma vez que a hierarquia de gênero está na base do fenômeno da violência contra mulheres<sup>9</sup>, é importante perguntar: como o debate filosófico em sala de aula pode contribuir para romper o silêncio acerca das violências físicas e simbólicas contra mulheres?

Para Michelle Le Doeuff (1987), o feminismo pode servir para uma crítica metafilosófica relevante e capaz de reconfigurar a Filosofia como um todo, não apenas sua forma de pensar as mulheres. A crítica feminista se estende pela ética, filosofia

---

<sup>9</sup> Cabe destacar que circulam discursos que conectam – de maneira leviana – a violência doméstica ao avanço em direção a igualdade de gênero, como se ao serem tratadas com igualdade, as mulheres acabassem por ser vistas como capazes de sofrer violência como homens. Trata-se de um desdobramento do pânico moral em torno do que tem sido chamado de “ideologia de gênero” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017), um argumento que demonstra desconhecimento do fenômeno da violência contra mulheres no Brasil e no mundo. No caso brasileiro, a violência doméstica foi permitida e até mesmo estimulada por mecanismos legais que asseguravam a superioridade masculina como o Código Civil de 1916 que declarava a mulher como relativamente incapaz, e até mesmo o direito do homem a submeter sua esposa a castigos corporais e até a morte em caso de adultério, como nas Ordenações Filipinas. Sobre o lastro jurídico da violência contra mulheres ver COLLING, 2015.

política, epistemologia, filosofia da mente e da linguagem, criando novos conceitos, revendo conceitos antigos e tendo como ponto de partida a percepção de que o modelo geral de humanidade, no qual se assenta boa parte dos enunciados aceitáveis filosoficamente, nada tem de neutro, mas é específico, tem gênero, tem raça, tem classe.

Assim, é possível que a inclusão de mulheres no rol de pensadores/as apresentados/as a estudantes do ensino médio contribua para uma ampliação dos horizontes conceituais, combatendo discursos que permeiam o imaginário cultural insistindo na inferioridade das mulheres e contribuindo, mesmo que indiretamente, para diminuir a incidência de violência contra mulheres. Além disso, incluir mulheres e tematizar sua inclusão/exclusão pode ser um caminho interessante a explorar em sala de aula de maneira a pensar criticamente a desigualdade e seus desdobramentos, o mais perverso deles sendo a violência de gênero.

### **A relevância da discussão de gênero nas aulas de filosofia**

Apesar de não estar presente no texto das Orientações Curriculares para o Ensino Médio – ciências humanas e suas tecnologias – a abertura para a temática se dá de maneira ambígua por meio da referência a outro documento: a Resolução CEB nº 3 de 26 junho de 1998, particularmente seu artigo 3º. Tal documento institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, e, dentre outras coisas, afirma que a prática educacional como um todo – não apenas o exercício em sala de aula, mas a administração escolar, a convivência, o desenho e implementação de políticas – deve ser orientada por três princípios: a estética da sensibilidade, a política da igualdade e a ética da identidade.

A partir dos princípios elencados, as questões de gênero e diversidade podem aparecer como derivadas de diretrizes mais gerais: uma vez que o objetivo da Filosofia no Ensino Médio se apresenta como o preparo para o exercício da cidadania. Em que medida pode-se pensar a cidadania sem pensar gênero, sem pensar a participação das mulheres, sem pensar as disputas por reconhecimento que aconteceram em nossa história recente protagonizadas pelas mulheres e mais recentemente por LGBTs? Sem pensar o processo por meio do qual as mulheres vieram a ter direitos políticos, a serem consideradas cidadãs?

Tais questões colocam no centro da discussão duas tensões importantes para as teorias feministas: entre particular e universal e entre pessoal e político. No Segundo

Sexo de Simone de Beauvoir (1980), a tensão entre universal e particular aparece de maneira distinta da querela dos universais – trata-se de uma conexão entre o sujeito que enuncia uma proposição e a ideia de humano em geral: quem pode falar pela humanidade? Em sua longa explanação sobre como as mulheres são entendidas como o outro de um eu masculino, Beauvoir (1980) aponta para como a universalidade de uma perspectiva feminina é barrada: a mulher não é o sujeito universal, neutro, ela é um outro marcado, particular, cuja visão de mundo nada mais pode ser do que enviesada. Alguém poderia chamar atenção que a autora antecipa teses sobre injustiça epistêmica que só apareceriam meio século depois de seu livro: as mulheres não são compreendidas como produtoras confiáveis de conhecimento.

Quanto à segunda tensão, remete a um *motto* importante do movimento de mulheres: “o pessoal é político”. As feministas assumem tal *motto* por dois motivos inter-relacionados; o primeiro deles é chamar atenção para aquilo que é a condição de possibilidade da vida política (ou mesmo econômica): a divisão sexual do trabalho e, portanto, o trabalho doméstico feminino não remunerado e invisibilizado. Tal trabalho é requisito para a reprodução e manutenção dos trabalhadores e é, também, necessário para que seja possível vida política ativa. Quem pode gerir seu tempo dedicando algumas horas semanais, seja para ócio, seja para a produção criativa, seja para a militância política? A divisão sexual do trabalho implica uma possibilidade distinta de gerenciamento do tempo e isso tem impacto profundo nos projetos de vida de mulheres<sup>10</sup>.

O segundo sentido se liga à violência doméstica. É fundamental para a sobrevivência das mulheres que a violência doméstica deixe de ser entendida como uma questão puramente privativa ou pessoal – de “briga de marido e mulher” na qual não se deve “meter a colher” – para ser entendida como também política – demandando intervenção do Estado. Fenômenos complexos como a violência doméstica necessitam uma abordagem intersetorial<sup>11</sup>. Não se trata apenas de uma questão de segurança, mas de uma questão de saúde pública e também uma questão para a educação.

A divisão sexual do trabalho e injustiça epistêmica se reforçam num imaginário de senso comum que contribui para o avanço da violência contra mulheres. Uma vez

---

<sup>10</sup> Sobre o impacto da divisão sexual do trabalho na gestão do tempo ver Biroli (2018).

<sup>11</sup> Segundo a definição de Warschauer: “A intersetorialidade é a articulação entre sujeitos de setores diversos, com diferentes saberes e poderes com vistas a enfrentar problemas complexos. [...] pretende superar a fragmentação do conhecimento e das estruturas sociais para produzir efeitos mais significativos [...]. Mais do que um conceito, é uma prática social que vem sendo construída a partir da insatisfação com as respostas [...] perante os problemas complexos do mundo moderno”. (WARSCHAUER, 2014)

que o caminho da Filosofia na escola passa pela confrontação com o senso comum, rumo a combater aquilo que Bertrand Russell (2010) chamou uma vez de “tirantias do costume”, a Filosofia aparece como um campo fértil para tais reflexões. No entanto, qualquer consulta rápida a um livro didático de Filosofia ou manual de história da Filosofia será suficiente para constatar que seu conteúdo reproduz de maneira acrítica a injustiça epistêmica contra mulheres – ao excluir a produção intelectual de filósofas. Tal exclusão contribui para justificar a hierarquia de gênero através de um reforço da crença errônea de que mulheres não possuem produção intelectual relevante.

É importante notar que se as mulheres não aparecem como protagonistas na História da Filosofia, elas aparecem como objeto de estudo para alguns filósofos que compõem o cânone – e nem sempre de maneira neutra<sup>12</sup>. Márcia Tiburi (2015) nos alerta que “[...] o que os filósofos disseram sobre a ‘mulher’ interfere absolutamente no que aconteceu com as ‘mulheres’ dentro e fora do campo formal da filosofia.”

### **Analisando um livro didático do PNLD**

Clarissa Castro (2016) apresenta em sua monografia uma análise dos quatro livros mais requisitados – no ano de 2015 – pelas escolas através do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) quanto à presença de autoras bem como da temática de gênero. Nessa seção, atualizaremos parcialmente a pesquisa de Clarissa Castro com a análise da nova edição do *Filosofando: Introdução à Filosofia*, escrito por Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins. Devido a dimensão do presente trabalho, não serão analisados os demais manuais, que compõem as opções do PNLD.

Sobre a 5ª edição do livro *Filosofando*, Castro (2016) aponta que foram citados cento e oitenta e cinco (185) filósofos e apenas oito (8) filósofas, cerca de 23 filósofos para casa filósofa. A autora chama atenção, entretanto, que as filósofas aparecem

---

<sup>12</sup> Juliana Pacheco (2015) faz um apanhado de representações do feminino no pensamento de diferentes filósofos, usando o trabalho de Adília Gaspar e Maria Luisa Ribeiro Ferreira como fonte de pesquisa. Pesquisas sobre o sexismo dos grandes filósofos abundam, podemos citar Andrea Nye, Michelle Le Doeuff, etc. Alguém poderia argumentar que quando filósofos expressaram sua misoginia o fizeram em tratados menores ou que são pouco lidos – especialmente se pensarmos no público de Ensino Médio. Contrapor essa noção é simples. No Programa de Avaliação Seriada (PAS) da Universidade de Brasília, o texto “Resposta a questão: O que é esclarecimento?” de Immanuel Kant constava como objeto de análise para a avaliação no ciclo 2016-2018. Trata-se de um texto relevante do ponto de vista filosófico, no qual Kant argumenta pela necessidade de emancipação intelectual, e deveria ser lido em sua totalidade. O segundo parágrafo de tal texto exibe a seguinte passagem (grifo meu): “A imensa maioria da humanidade (*inclusive todo o belo sexo*) considera a passagem à maioridade difícil e além do mais perigosa, porque aqueles tutores de bom grado tomaram a seu cargo a supervisão dela”. Tal passagem contribui para uma visão sexista, que identifica nas mulheres uma maior dificuldade para se libertar da menoridade.

rapidamente e de maneira secundária: não tem sua obra abordada ou explicada em detalhes, servindo apenas para ilustrar ou comentar a teoria de outros filósofos, tido como “canônicos”. Na 6ª edição, aqui analisada, as autoras incluem no índice de nomes citados, nove (9) autoras – sete filósofas e duas sociólogas – e cento e noventa e seis autores (196) – entre filósofos, críticos literários, teatrólogos, psicólogos e outros. Na edição renovada, portanto, temos 21 autores para cada autora<sup>13</sup>.

Os números seguem similares aos da 5ª edição, mas será que há uma diferença do ponto de vista qualitativo? A presença das filósofas, no geral, se dá de maneira secundária: são citadas, na maioria das vezes, como comentadoras – Scarlet Marton é citada por duas vezes comentando Nietzsche; Marilena Chauí é citada como historiadora da Filosofia discutindo brevemente conceitos como democracia e política; Olgaria Matos aparece explicando Derrida; Adela Cortina aparece três vezes em citações sobre direitos humanos e laicidade do Estado; Harriet Taylor aparece como esposa de Stuart Mill, o que justificaria o compromisso dela com os direitos das mulheres (e não o inverso!). Tais filósofas não são mostradas no centro do debate, não se explica ou se tematiza seu sistema de pensamento, suas palavras são apenas suporte a algum argumento apresentado.

Hannah Arendt é exceção. A autora é citada cinco vezes ao longo do livro e tem duas páginas dedicadas a seu conceito de banalidade do mal. A filósofa é também a única a ter rosto – a página 235, do livro *Filosofando*, estampa uma foto de Arendt. Entretanto, não é dedicado a ela um *box biográfico* – ferramenta usada para apresentar um autor relevante aos leitores ao longo de todo o livro<sup>14</sup>.

Já Simone de Beauvoir é tratada de uma forma curiosa: apesar de não aparecer como um conteúdo central de nenhum capítulo, a autora aparece três vezes nos exercícios propostos – duas com citações de sua *Ética da Ambiguidade* e uma com uma citação de *O Segundo Sexo*. A única vez que o pensamento da autora aparece no texto se dá na abertura do capítulo sobre Natureza e Cultura, quando somos apresentadas a sua famosa frase “Não se nasce mulher, torna-se” (BEAUVOIR, 1980), entretanto, apenas cinco linhas são suficientes para abordar a questão e a discussão sobre o natural e o cultural passa a ser entendida a partir de uma citação extensa de Merleau-Ponty. A

---

<sup>13</sup> Tais números são resultado da divisão do total de autores pelo total de autoras.

<sup>14</sup> Cabe chamar atenção ao fato de nenhuma das filósofas aparecerem nos *Boxes Biográficos*. Apenas algumas artistas plásticas aparecem, no final do livro nesses espaços. Tal fato é mais um índice de masculinização da Filosofia reforçada no livro.



discussão será retomada em forma de exercício quase duzentas páginas depois, quando as autoras abordam o existencialismo: no corpo do texto do capítulo as autoras apresentam o existencialismo de Jean-Paul Sartre – nenhuma menção a Beauvoir é feita – porém em um dos exercícios nos deparamos com um trecho de *O Segundo Sexo* acompanhado de perguntas sobre o caráter existencialista de sua argumentação; montado assim, o exercício nos faz entender que o texto de Beauvoir é tomado como uma aplicação da teoria sartriana e não uma contribuição original.

Débora Diniz, Barbara Freitag e Susan Sontag, apesar de não serem propriamente filósofas, são as únicas mulheres a aparecem na seção *Leituras Complementares* – uma seção dedicada a ampliar e aprofundar as reflexões sobre o tema estudado e que, para isso, apresenta um excerto de uma página ou mais de algum autor relevante para o estudo proposto no capítulo bem como uma pequena lista de perguntas para consolidar as informações presentes no texto. Diniz aparece discutindo bioética, Freitag comenta o pensamento de Kohlberg e Sontag discute a ideia de interpretação da obra de arte. Nenhuma autora aparece na seção *Colóquio* – seção que apresenta textos de um ou mais pensadores com visões diferentes sobre o mesmo tema. Ambas seções são fundamentais como suporte pedagógico, uma vez que colocam os/as leitores/as em contato direto com o texto filosófico.

O livro aborda de maneira esparsa temáticas relativas ao conceito de gênero sem utilizar ou indicar filósofas que contribuíram para a investigação delas. Assim, há ao mesmo tempo o reconhecimento do tema como filosófico e um silenciamento sobre as autoras que o investigaram. Seguem alguns exemplos: um *Infográfico* presente no capítulo 9 apresenta a questão da existência de um padrão de beleza corporal em nossa sociedade, com dados sobre as doenças associadas a ele. Nenhuma autora é utilizada como referência ou fonte de reflexão, apesar de várias teóricas terem se dedicado a pensar radical e criticamente sobre o tema – poderíamos apontar a contribuição de Sheilla Jeffreys e Naomi Wolf, mas também bell hooks, Susan Bordo e até mesmo Simone de Beauvoir<sup>15</sup>; No capítulo 11 a sexualidade aparece como tema, sem que nenhuma autora seja apresentada; No capítulo 12, a ousadia de Marlene Dietrich em usar calças em 1933 aparece como exemplo de valores que se modificam através do

---

<sup>15</sup> Sheilla Jeffreys analisa a relação entre padrões de beleza e misoginia em *Beauty and Misogyny – harmful cultural practices in the West*, Naomi Wolf discute a questão em *O Mito da Beleza*; a análise de Susan Bordo sobre padrões de beleza, misoginia e distúrbios alimentares está disponível em português na coleção *Gênero, Corpo e Conhecimento*; bell hooks discute a relação entre beleza estereotipada e racismo em *Black Looks*, dentre outros; Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* discute os ideais de beleza feminina.

tempo, novamente nenhuma autora que discute a transformação das normas de gênero aparece; No capítulo 17, a questão dos direitos das mulheres aparece no contexto da discussão do Estado teocrático e o conceito de gênero aparece em um *Box para saber mais* – entretanto nenhuma autora (ou autor) é citada para que aqueles(as) que de fato queiram saber mais possam se aprofundar; e, por fim, no capítulo 18, outro *Infográfico* é apresentado, dedicado a questão dos direitos humanos e homoafetividade, e nele, a única referência mobilizada é Michel Foucault<sup>16</sup>.

O direito a viver livre de violência doméstica é tematizado. Discute-se a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, entretanto, novamente nenhuma autora é citada como fundamento. Cabe ressaltar que conceito de feminicídio aparece na lei brasileira depois de duas décadas de sua discussão no âmbito das teorias feministas nacional e internacionalmente<sup>17</sup>. No entanto, tal produção não é mobilizada. A abordagem das temáticas de gênero nessa edição do *Filosofando* se dá de forma ambígua: ao abordar os temas, marca sua relevância, mas ao silenciar sobre as filosofas que os desenvolveram reitera a injustiça epistêmica contra mulheres. O livro aponta para a importância dos temas, mas a forma que são tratados parece ainda incipiente.

É importante ressaltar que a análise aqui apresentada aponta na mesma direção da avaliação do guia do PNL D de 2018. Tal texto – uma introdução no formato de resenha às obras disponíveis no plano para que professores/as tenham uma visão geral dos livros de maneira a contribuir com o processo de escolha da obra a ser utilizada – aponta que se por um lado os livros elencados neste ciclo começaram a dedicar um espaço específico para as questões de gênero, isso se dá ainda de maneira superficial de modo que o/a professor/a que queira aprofundar a temática terá que desenvolver um trabalho de complementação de textos (BRASIL, 2017).

Quanto a ausência de filósofas neste livro (ou em outro manual de filosofia), seria ingênuo avaliá-la simplesmente no registro da escolha pessoal das autoras. Trata-se de um desdobramento da hierarquia de gênero presente social e culturalmente e da injustiça epistêmica que dela decorre. Alguém poderia perguntar se a ausência de filósofas em tais livros não decorre simplesmente do baixo número de mulheres

---

<sup>16</sup> Sobre as temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual, várias autoras (filósofas de formação ou não, mas que contribuíram e contribuem para pensar o conceito de gênero e seus desdobramentos) poderiam ser apresentadas como referências: Judith Butler, Joan Scott, Monique Wittig, Adrienne Rich, Gayle Rubin, Sheilla Jeffreys, Angela Davis, Audre Lorde, bell hooks, Alison Stone, Teresa de Lauretis, entre outras. E também as brasileiras Heleieth Saffioti, Tatiana Lionço, Carla Rodrigues, Sueli Carneiro, Rita Segato, Débora Diniz, Flávia Biroli, Lia Zanotta, Adriana Piscitelli, Márcia Tiburi, Valeska Zanello, etc.

<sup>17</sup> Ver, por exemplo, Caputi e Russell (1992), Segato (2003) Zanotta (1998) Saffioti (1994).

contribuindo de forma significativa para a área. Tal provocação deve ser levada a sério, uma vez que é notório o baixo número de mulheres pesquisando na área de Filosofia – em contraste com as demais ciências humanas<sup>18</sup>. Mas pode-se inverter a provocação em dois sentidos: 1) será que a ausência de reconhecimento acerca das filólogas do passado, não contribui para o baixo engajamento de mulheres hoje nessa área considerada masculina? 2) será que a contribuição de diferentes mulheres à filosofia não é relegada a comentário, aplicação de teoria de filósofos ou literatura, num claro desdobramento da injustiça epistêmica?<sup>19</sup> Se aceita-se tal inversão, devemos concordar que seguir reproduzindo histórias da filosofia sem mulheres contribui para a crença geral de que elas não existiram ou não foram relevantes e que, portanto, o desafio é buscar contar outras histórias.

### **Considerações Finais**

Femenias (*apud* ANDRADE, 2017) afirma que tratar as questões de gênero no ensino de filosofia é fundamental para examinar a naturalização do sexismo, ou seja, o processo pelo qual a desigualdade entre homens e mulheres é tomada como natural. A partir dessa afirmação, e seguindo Fricker, este artigo utilizou o conceito de injustiça epistêmica para nomear a prática de distribuição desigual e injusta de credibilidade que fundamenta a exclusão das mulheres do cânone filosófico presente em livros didáticos, reforçando a ideia de que mulheres não contribuíram de maneira significativa para a história do pensamento humano. Afirmou, ainda, que tal injustiça alimenta (e é alimentada por) a ideia da subordinação feminina e que pode, por isso, estar na base da epidemia de violência contra mulheres, assim, argumentou que um remédio para injustiça epistêmica – a inclusão de temáticas de gênero no currículo da disciplina de filosofia bem como a inclusão de mulheres filólogas no rol dos pensadores apresentados no ensino médio – poderia contribuir no combate a violência contra mulheres.

---

<sup>18</sup> Ver a pesquisa de Araujo (2014) que aponta a ausência de mulheres na pesquisa em pós-graduação em Filosofia no Brasil.

<sup>19</sup> Para rebater a ideia de que mulheres não contribuíram de maneira significativa para a história da filosofia, ou de que não há mulheres filólogas na história da filosofia ver os quatro extensos volumes de *A History of Women Philosophers* editados por Mary Ellen Waithe. Localmente, ver o trabalho de Ana Mirian Wuensh (2015) que se dedica a pesquisa de mulheres esquecidas pela história da filosofia. Também abundam volumes de coletâneas sobre filosofia feminista como Alcoff (2007), Stone (2007), Whitford (1988), Nye (1995), Fricker (2000), Pearsall (1996), Jaggar (1998), Femenias (2002), entre outras.

Ao analisar um dos livros didáticos mais populares no país, o *Filosofando*, foi possível identificar uma desproporção entre filósofos e filósofas citados (21 autores para 1 autora) e uma abordagem bastante superficial do ponto de vista filosófico dos temas de gênero. Tal fato acaba por reforçar a injustiça epistêmica e a ideia de que mulheres e filosofia não se misturam.

É importante salientar que tal desproporção não decorre simplesmente da escolha pessoal das autoras. Trata-se, evidentemente, de um desdobramento da hierarquia de gênero presente em nossa sociedade e da injustiça epistêmica que dela decorre. Ressalte-se que isso tem impacto direto na construção da filosofia como um espaço masculino. Também é necessário apontar que, apesar da construção da filosofia como uma área de saber majoritariamente masculina, várias mulheres contribuíram para a área, muitas vezes sem ter o devido reconhecimento.

Assim, mostra-se necessária a formulação de materiais complementares para a abordagem de gênero nas aulas de filosofia, seja propondo a temática como filosoficamente relevante, seja através da inclusão de filósofas na história da filosofia.

## Referências

- ABRAMOVAY, M (coord). *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009.
- ALCOFF, L (org) *The Blackwell Guide to Feminist Philosophy*. Blackwell Publishing, 2007.
- ANDRADE, M. *Uma Perspectiva de “Gênero” no Ensino de filosofia* In: CASTRO, S (org) *Psicanálise e Gênero*. São Paulo : ANPOF, 2017.
- ARAÚJO, C. *Mulheres na Pós-Graduação em Filosofia no Brasil – 2015*. São Paulo: ANPOF, 2016, disponível em <[http://anpof.org/portal/images/Documentos/ARAUJOCarolina\\_Artigo\\_2016.pdf](http://anpof.org/portal/images/Documentos/ARAUJOCarolina_Artigo_2016.pdf)> acesso em 05 de outubro de 2018.
- BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BRASIL. Ministério da Educação. *PNLD 2018: Filosofia – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CAPUTI, J; RUSSELL, D. *Femicide*. IN: RADFORD, J. RUSSELL, D (org). *Femicide: The Politics of Woman Killing*. Twayne Publishers: New York, 1992.
- CASTRO, C. P. *Repensando as Mulheres e a Filosofia: uma análise dos livros didáticos de filosofia de ensino médio*. Monografia de Especialização do curso Gênero e Diversidade na Escola. UFSC, Florianópolis, 2016.

- CLAM. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Caderno de atividades. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.
- COLLING, A. M. *O lastro jurídico e cultural da violência contra a mulher no Brasil*. IN: Simpósio Nacional de História, XXVIII, Florianópolis, 2015. Anais... Florianópolis, ANPUH, 2015. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427675369\\_ARQUIVO\\_anpuh2015.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427675369_ARQUIVO_anpuh2015.pdf) acesso em 20 de setembro de 2018.
- CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- FEMENIAS, M. L. (comp.) *Perfiles de Feminismo Iberoamericano*. Buenos Aires: Catálogos Editora, 2002.
- FRICKER, M. (org) *The Cambridge Companion to Feminism in Philosophy*. Cambridge University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*. New York: Oxford University Press, 2007.
- JAGGAR, A. (org). *Gênero, Corpo e Conhecimento*. Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 1997.
- LE DOEUFF, M.. *Women and Philosophy* In: MOI, Toril (ed). *French Feminist Thought: a reader*. New York: Basil Blackwell, 1987.
- LIONÇO, T.. *Gênero e Sexualidade na prática didático-pedagógica: saúde, direitos humanos e democracia*. Série Anis, Ano IX, n.69, p.1-8, Brasília, LetrasLivres, setembro de 2009.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.
- MISKOLCI, R. CAMPANA, M. “*Ideologia de gênero*”: *notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo*. Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017.
- OLIVEIRA, R. DINIZ, D. *Materiais Didáticos Escolares e Injustiça Epistêmica* Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 241-256, jan./mar. 2014.
- NYE, A. *Teoria Feminista e as Filosofias dos Homens*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.
- OLIVEIRA, A. L. B. *Ensino de Filosofia: a escola como espaço de (des)construção de gênero*. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. (2013). *Responding to intimate partner violence and sexual violence against women. WHO clinical and policy guidelines*. Disponível em: <http://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/9789241548595/en/> acesso em 15 de setembro de 2018.
- PACHECO, J. *Onde estão as filósofas na filosofia?* In: PACHECO, Juliana (org). *Mulher & Filosofia. as relações de gênero no pensamento filosófico*. [recurso eletrônico] Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2015.
- PEARSALL, M. *Women, Knowledge and Reality: Explorations in Feminist Philosophy*. Routledge: London, 1996.
- RUSSELL, B. *O valor da Filosofia*. In: BONJOUR, L. BAKER, A. *Filosofia - Textos Fundamentais Comentados*. São Paulo: Artmed, 2010.
- RIOS, R. R.; SANTOS, W. R. *Diversidade sexual, educação e sociedade: reflexões a partir do Programa Nacional do Livro Didático*. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 8, n. 16, p. 325-344, dez. 2008.

- SAFFIOTI, H. *Violência de gênero no Brasil atual*. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, n° especial, p.443-461, 1994.
- SEGATO, R. L. *Las estructuras elementales de la violencia: contrato y status en la etiología de la violencia*. Séries Antropologia, v.334. Brasília, 2003.
- STONE, A. *Feminist Philosophy*. Polity Press: Cambridge, 2007.
- VIANNA, C. P. *O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios*. Educ. Pesqui., São Paulo, v.41, n.3, p.791-806, Sept. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Em foco: homofobia nos livros didáticos, um desafio ao silêncio*. Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 8, n. 16, p. 305-306, dez. 2008.
- ZANOTTA, L. *Matar e morrer no masculino e no feminino*. Séries Antropologia, v.239. Brasília, 1998.
- WARSCHAUER, M.; CARVALHO, Y. M. *O conceito “Intersetorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP*. Saúde Soc. São Paulo, v.23, n.1, p.191-203, 2014.
- WHITFORD, M. *Feminist Perspectives in Philosophy*. Indiana University Press: Indianápolis, 1988.
- WUENSCH, A. M. A.. *Acerca da existência de pensadoras no Brasil e na América Latina*. Problemata: R. Intern. Fil. João Pessoa, n. especial, p. 113-150, 2015.

Recebido em: 27/11/2018  
Aprovado em: 09/02/2019